



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	13906.000069/2007-66
Recurso nº	148.105 Voluntário
Acórdão nº	2401-01.853 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	7 de junho de 2011
Matéria	NFLD - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Recorrente	AUTARQUIA MUNICIPAL DE APUCARANA
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/06/2000 a 31/12/2004

PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL. RENÚNCIA À DISCUSSÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo.:

Recurso Voluntário Não Conhecido

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso.

Elias Sampaio Freire - Presidente.

Marcelo Freitas de Souza Costa - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Elias Sampaio Freire; Ruy Carneiro Henrique Magalhães de Oliveira; Kleber Ferreira de Araújo; Cleusa Vieira de Souza, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira e Marcelo Freitas de Souza Costa.

Relatório

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, lavrada contra o contribuinte acima identificado referente a contribuições sociais destinadas à Seguridade Social relativas à parte da empresa, incidentes sobre a remuneração paga aos segurados empregados e a contribuintes individuais.

De acordo com o Relatório Fiscal de fls. 62/108, as remunerações foram apuradas de acordo com as folhas de pagamento, recibos de salário, informações declaradas em GFIP e contas contábeis do razão analítico.

Também informa o RF, que o Notificado possui acordo com a Previdência Social que autoriza a retenção do Fundo de Participação dos Municípios e o consequente repasse ao INSS do valor correspondente as obrigações previdenciárias correntes.

Após a apresentação de defesa, os autos foram baixados em diligência, gerando um Relatório Fiscal Complementar que reconheceu a cobrança em duplicidade das remunerações pagas a contribuintes individuais na competência 11/2004, o que gerou a exclusão destes valores quando da decisão de primeira instância.

Na defesa complementar apresentada pelo notificado, este informou ter obtido decisão judicial junto ao egrégio Tribunal Regional Federal da 4^a Região, determinando ao INSS que se abstinha de praticar qualquer ato no sentido de exigir o recolhimento dos valores mensais relativos à cota patronal.

Inconformado com a decisão de fls. 178 à 186, o município apresentou recurso onde alega em síntese:

Que a Previdência Social não vem cumprindo com as ordens emanadas do Poder Judiciário, haja vista o ofício encaminhado pela Il. Sr^a. Sônia Maria Gonçalves Mareze, que ao notificar o Município acerca de Decisão de primeira instância, assim determinou: “O valor acima deverá ser recolhido atualizado no prazo de 30 dias a contar da ciência deste, ressalvado o direito de interpor recurso voluntário junto ao CRPS no mesmo prazo”.

Alega que, a questão *sub judice* é totalmente pacífica e a Previdência Social no uso e gozo de suas prerrogativas poderia ter acatado o pleito inicialmente, por se tratar de direito líquido e certo por parte da ora recorrente.

Informa que a ação judicial proposta pelo recorrente visa obstar o INSS da cobrança relativa a cota patronal, em virtude da imunidade tributária, que não foi acatada até o presente momento pela Previdência Social.

Tece argumentos acerca de ser detentora da imunidade tributária por cumprir todos os requisitos legais e colaciona jurisprudências acerca do assunto.

Por fim requer a suspensão da presente execução até a decisão final da ação judicial, bem como a declaração da Imunidade Tributária por este conselho, isentando a recorrente de qualquer recolhimento referente à cota patronal.

É o relatório.

Assinado digitalmente em 28/06/2011 por MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA, 06/07/2011 por ELIAS SAMPAIO FREIRE

Autenticado digitalmente em 28/06/2011 por MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA
Emitido em 07/07/2011 pelo Ministério da Fazenda

Voto

Conselheiro Marcelo Freitas de Souza Costa

O recurso é tempestivo e estão presentes os pressupostos de admissibilidade.

Compulsando os autos e analisando a decisão judicial proferida no Agravo de Instrumento de nº. 2006.04.00.032175-0 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, entendo estar em discussão o mesmo objeto da presente notificação.

Conforme se depreende do relatório do Relator do Agravo de Instrumento, Dês. Otávio Roberto Pamplona, a ora recorrente busca na via judicial o reconhecimento de sua suposta imunidade tributária, afim de se ver isenta do recolhimento das contribuições sociais patronais.

Na presente notificação, estão sendo levantados justamente os créditos relativos a estas contribuições, o que ao meu entender, configura-se discussão acerca do mesmo objeto em sede administrativa e judicial, configurando-se nos termos da legislação vigente a renúncia à instância administrativa.

Nesse caso, há de ser aplicada a Súmula n.º 01 do então Segundo Conselho de Contribuintes, aprovada na Sessão Plenária de 18 de setembro de 2007, a qual carrega a seguinte redação:

SÚMULA N.º 1 Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo.

Antre ao exposto, VOTO no sentido de NÃO CONHECER DO RECURSO e declarar a definitividade do crédito, em face da renúncia do sujeito passivo de prosseguir na solução da lide no âmbito administrativo, por ter optado pela via judicial.

Marcelo Freitas de Souza Costa -

